

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,
EXC. ALEXANDRE DE MORAES

Distribuição por dependência: Inquérito. nº 4.781

ELVINO JOSÉ BOHN GASS, brasileiro, casado, agricultor e professor de História, portador do RG nº 8.021.611.796 – SDJ/RS e CPF nº 125.582.062-49, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/RS, com endereço na Câmara dos Deputados – Anexo III – Gabinete 469 – Brasília (DF) e, ainda, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal, com endereço eletrônico dep.bohngass@camara.leg.br, LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA, brasileiro, casado, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/SP, portador da CI nº 8.172.235 – SSP/SP e CPF nº 024.413.698-06, com endereço na Câmara dos Deputados, gabinete 281, anexo III – Brasília (DF), GLEISI HELENA HOFFMANN, brasileira, casada, atualmente no exercício do mandato de Deputada Federal pelo PT/PR e, ainda, Presidente do Partido dos Trabalhadores, portadora da CI nº 3996866-5 – SSP/PR e CPF nº 676.770.619-15, com endereço na Câmara dos

Deputados, Gabinete 232 – Anexo IV – Brasília/DF, vem à presença de Vossa Excelência, nos termos legais, propor

NOTÍCIA CRIME

em face do Senhor Walter Braga Netto, atual Ministro da Defesa, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Bl. Q – Edifício Sede – 6º andar – Brasília/DF, CEP: 70.049-900, telefones 3312-8525 / 3312-8520, e-mail: ministro@defesa.gov.br, tendo em vista os fatos e fundamentos jurídicos adiante.

I – Dos fatos.

1. Inicia-se a presente trazendo à baila um fato público e notório, cuja dimensão e gravidade, embora já se mostrasse plena em seu nascedouro, adquiriu ares inaceitáveis na presente data.
2. Como cediço, o jornal O Estado de S. Paulo, em sua edição de 22 de julho de 2021, publicou matéria cuja chamada traz o seguinte teor: “Chefe da Defesa condicionou eleição a voto impresso”.
3. Segundo a matéria, o Ministro da Defesa e ora noticiado teria mandado um duro recado ao Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, há 14 dias atrás. Por meio de interlocutor, teria afirmado que se o Congresso não aprovasse o voto impresso, não haveria eleição em 2022. A mensagem teria, segundo o jornal, o seguinte teor: “A quem interessar, diga que, se não tiver eleição auditável, não terá eleição”.

4. Ainda segundo a matéria, ao enviar o aviso, o General estava acompanhado de chefes militares da Marinha, Exército e Aeronáutica e, no mesmo dia (08/07/2021), o Presidente da República, Jair Bolsonaro, teria repetido publicamente a intimidação: “ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições”, afirmou o Presidente.
5. A matéria segue afirmando que Presidente da Câmara, Arthur Lira, teria dito a um seletos grupo que ali estava que via aquilo com muita preocupação porque a situação era “gravíssima” diante da possibilidade de o Congresso rejeitar a Proposta de Emenda à Constituição, em tramitação numa Comissão Especial, pois o Presidente Jair Bolsonaro estaria subindo cada vez mais o tom.
6. Seguindo o conteúdo, o texto rememora que o Presidente, dois dias antes, teria transmitido vídeo ao vivo nas redes sociais afirmando que o atual sistema de urna eletrônica permite fraude: “vai ter voto impresso em 2022 e ponto final. Não vou nem falar mais nada(...) Se não tiver voto impresso, sinal de que não vai ter eleição. Acho que o recado está dado”.
7. A matéria consigna ainda que o recado dos militares e a reação do Presidente da Câmara são de conhecimento de um grupo restrito da política e do Judiciário e que referido grupo teria pedido para manter relatos sob sigilo, dada a delicadeza do tema.
8. Após a matéria jornalística, surgiu uma controvérsia sobre as afirmações do ministro no sentido de negativa da notícia publicada. Porém, a gravidade dos fatos justifica a apuração para verificação da necessária responsabilização, especialmente porque as declarações são reiteradas com outras comprovadas e de autoria do mesmo ministro.

II – Do Direito

Trata-se, como se verifica, de ameaça grave à independência dos Poderes Legislativo e Judiciário, especialmente do Tribunal Superior Eleitoral, instituição a quem a Constituição Federal atribui responsabilidade pela condução dos pleitos eleitorais, bem como um ataque às instituições republicanas e à ordem democrática nacional.

Infelizmente não é primeira vez que o alto comando militar investe contra as instituições democráticas. Em episódio pretérito, protagonizado pelo então Comandante do Exército, General Eduardo Villas Boas, por ocasião do julgamento de um Habeas Corpus de interesse do Ex-Presidente Lula (HC 152.752), que seria apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, foi às redes sociais (twitter) e publicou uma série de ameaças veladas e intimidações dirigidas aos Ministros da Corte Suprema, que se consubstanciavam um verdadeiro recado para que o Tribunal não concedesse a ordem de Habeas Corpus.

São condutas que atentam contra a ordem institucional e democrática, na medida em que objetivaram subjugar a independência e a liberdade de funcionamento de Poderes da República e de seus integrantes.

Os ataques e ameaças levada a efeito pelo noticiado, Ilustre Procurador-Geral, guardam relação direta com o encadeamento de fatos e episódios ocorridos na data em que teria sido feita a ameaça revelada pela matéria, o que nos permite concluir que não se trata de mera coincidência as graves ameaças trazidas à lume. Nesse sentido, as condutas denunciadas na presente peça, representa uma postura ultrajante, desrespeitosa, ofensiva e criminosa.

A Constituição Federal de 1988 consagrou como Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (Art. 2º). Com efeito, sobre a separação dos poderes, Masson (2016, pág. 131) leciona:

Enquanto princípio organizatório estrutural, preconiza que as funções estatais sejam repartidas e distribuídas a diferentes órgãos, de modo a evitar os arbítrios e abusos que a concentração de poder potencializa.

Assim, cada Poder terá funções típicas, que lhe são próprias, e atribuições secundárias (que são as típicas dos demais Poderes), sendo independente perante os demais. Essa repartição de tarefas é arquitetada de modo equilibrado, impedindo que um Poder avance sobre as atribuições dos demais e extrapole os limites postos pela Constituição sem que haja contenção. Há, pois, um controle recíproco entre os diferentes Poderes, baseado no sistema de freios e contrapesos (MASSON, Nathalia. Manual de Direito Constitucional. – 4º Ed., ver., atual. e ampl. - Salvador - BA. Editora JusPodivm, 2016).

Nessa linha, a Constituição Federal de 1988 assegura como nível de cláusula pétrea, evitar que um dos poderes usurpe ou ultrapasse o outro demasiadamente, garantindo equilíbrio e harmonia.

Inobstante isso, viola flagrantemente o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, chocando-se, ademais, com o objetivo fundamental da Nação, consistente nos seguintes pontos insculpidos na Carta Federal (art. 3º, incisos I e IV da CF):

“Art. 3º (...)

I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Viola ainda, para além da independência constitucional dos Poderes, o fundamento do pluralismo político (art. 1º, inciso V da CF), que se constitui numa verdadeira salvaguarda do pensamento divergente, das ideias livres, da possibilidade da discordância democrática, do respeito às diferenças, da afirmação de direitos de forma indistinta, sem que se possa identificar, nessas posições ou ações, individuais ou coletivas, ameaças ao Estado brasileiro e as suas instituições, a ponto de se aventar, uma intervenção militar, supostamente no cumprimento de suas missões constitucionais.

Condutas como estas, reforçadas por publicações nas redes sociais que pregam ao fim e ao cabo, a ameaça de uma intervenção militar para constranger Parlamentares do Congresso Nacional e os Ministros das Cortes Superiores do Poder Judiciário, atentando contra a própria independência destes, caracterizam crime contra as instituições democráticas e contra a Constituição, não tendo qualquer amparo na liberdade de expressão albergada pela Carta da República.

Ademais, ações da espécie, acabam alimentando ainda mais o canto do aboio para atrair milhares de radicais, portadores de discursos de ódio e todos os néscios que desprezam a ordem democrática, a Constituição Federal e as suas Instituições, numa ilusão loquaz e vão de que a interferência no processo eleitoral de 2022 permitiria a permanência, a qualquer custo, do Presidente Jair Bolsonaro à frente do Poder Executivo, através de manobras e ardis inaceitáveis.

III – Dos crimes perpetrados pelo Ministro da Defesa, General Braga Netto.

Ademais, a conduta do ora noticiado, constitui crime contra a segurança nacional. Com efeito, a Lei de Segurança Nacional (7.170/1983) estatui o seguinte:

Art. 18 - Tentar impedir, com emprego de violência ou **grave ameaça**, o livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados.

Pena: reclusão, de 2 a 6 anos.

Art. 22 – (É considerado crime) fazer, em público, propaganda:

I – de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social;

IV – de qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Pena: detenção, de 1 a 4 anos.

§1º – A pena é aumentada de um terço quando a propaganda for feita em local de trabalho ou por meio de rádio ou televisão.

§2º – Sujeita-se a mesma pena quem distribui ou redistribui. (g.n).

Art. 23 – Incitar:

I – à subversão da ordem política ou social;

II – à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis:

III – à luta com violência entre as classes sociais;

IV – à prática de qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Pena: reclusão, de 1 a 4 anos.

No mesmo sentido, o artigo 286 do Código Penal estatui:

Incitação ao crime

Art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Ainda em relação à prática, em tese de **Crime Eleitoral** (Lei 1.164/50):

Art. 175. São infrações penais:

24 – Promover desordem que prejudique os trabalhos eleitorais:

Pena – reclusão de um a quatro anos.

Como se vê, são fatos graves, que demandam uma iniciativa urgente e firme do Ministério Público Federal, sob pena de, com uma eventual omissão, deixarem florescer e alastrar-se, cada vez mais, o vírus que abomina a democracia e suas instituições.

III – Do pedido.

Face ao exposto requer-se:

- a) o acolhimento integral da presente representação, pois, resta configurados, em face das inúmeras e irrefutáveis evidências quanto às condutas ilícitas praticadas pelo Ministro ora noticiado, mormente pelos

graves atentados ao normal funcionamento da instituições, à democracia, ao estado democrático de direito e à ordem Constitucional;

- b) A abertura de procedimento investigatório criminal com vistas a apurar as condutas perpetradas pelo noticiado já identificado e, ao final, se for o caso, a propositura da ação penal cabível;
- c) Requer-se, ainda, a abertura de procedimentos civis e administrativos, com vistas a responsabilização, se houver, do noticiado, notadamente na seara da Improbidade Administrativa;

Requer-se que todas as providências legais adotadas sejam comunicadas aos Deputados ora Representantes, nos endereços acima informados.

Bohn Gass

Deputado Federal - PT/RS